O GLOBO
Publicado em 05/07/2023 - 05:57

Relator faz concessões a estados para reforma avançar

REFORMA TRIBUTÁRIA

EM BUSCA DE CONSENSO

Relator faz ajustes no texto para viabilizar proposta. Lira fala em votar até sexta-feira

VICTORIA ABEL, GERALDA DOCA E GABRIEL SABÓIA
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Foco. Governadores de Santa Catarina, Rio, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul após reunião. Tarcísio de Freitas disse que não se pode deixar "a reforma escorrer pelas mãos"

Em uma semana decisiva de negociações da Reforma Tributária, o relator do texto, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), confirmou que fará ajustes na proposta para viabilizar sua votação. A reforma atraiu ao menos dez governadores e cerca de 500 prefeitos a Brasília para discutir os termos da proposta de simplificação do sistema tributário. Em um quadro de mobilização de governos locais e disposição do relator para o diálogo, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou ontem que vai seguir ouvindo governadores, prefeitos e empresários em busca de consenso para colocar o texto em votação até sexta-feira e disse estar convencido de que conseguirá fazer isso.

Ao menos três itens do texto apresentado por Ribeiro serão alterados: as regras para criação de um conselho federativo, responsável pela gestão e distribuição de recursos do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que vai reunir ISS (municipal) e ICMS (estadual); o Fundo de Desenvolvimento Regional, que vai funcionar como uma injeção permanente de recursos para investimentos nos estados; e o cronograma de implementação do IBS. Os três pontos haviam sido alvo de críticas pelos estados, que se mobilizaram ontem em conversas com parlamentares na Câmara para mobilizar suas bancadas em prol de ajustes no texto.

Na noite de ontem, Ribeiro participou de um encontro com governadores do Sul e Sudeste em um hotel de Brasília. Segundo o relator, o conselho federativo, que teria gestão compartilhada por estados, Distrito Federal e municípios, será mantido, mas com detalhamento da formação. Os estados argumentaram que perderiam autonomia:

— Vamos para outra reunião para resolver isso. Sugestões para o conselho federativo, o Fundo de Desenvolvimento Regional. Tem uma demanda política de deixar isso mais claro. No conselho federativo, vamos ter que ter paridade, estamos desenhando a melhor forma de fazer isso. A transição (para implementação do IBS) estamos calculando e pactuando com todos os estados. Já tínhamos um compromisso político de discutir esses pontos. Vamos tentar fazer a convergência entre os estados no que for possível — disse o relator.

CONSELHO FEDERATIVO

Após o encontro, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), que vinha sendo um dos mais atuantes no pedido de ajustes no texto, afirmou que a reforma pode ser votada ainda nesta semana e que aceitaria uma arrecadação mais centralizada. Ele disse estar otimista com o desfecho das conversas:

— Podemos caminhar para uma arrecadação mais centralizada. Esses pontos estão sendo ajustados. Vai ser feito um esforço nesta reta final, principalmente amanhã (hoje), para que a gente tenha um texto pronto para ser apreciado pela Câmara agora no final da semana. Vamos fazer esse esforço. Não podemos deixar a reforma escorrer pelas mãos.

> *"Essa proposta nasceu no Parlamento e está sendo discutida com municípios, estados e União"*
>
> **Aguinaldo Ribeiro,** relator da proposta de Reforma Tributária

Os governadores propuseram que as deliberações do conselho federativo tenham dois níveis de aprovação, equilibrando as decisões de todos os entes federativos. Além de cada estado ter um voto sobre a redistribuição de impostos, cada região do país teria peso para influenciar as decisões.

— Uma das fórmulas que sugerimos é que haja, além do quórum de deliberação pela maioria dos estados, a exigência de um quórum regional. Forma-se uma maioria para aprovar que precisa também de 50% ou dois terços dos votos regionalmente. Porque se não você teria 16 votos do Norte e Nordeste, formando uma maioria. Não é adequado que duas regiões tomem as decisões — afirmou o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite.

A ideia tem apoio dos governadores do Rio, Cláudio Castro, e de Freitas, que até então defendiam a permanência de arrecadação independente dos estados, com a criação de uma câmara de compensação.

— A gente não vê grandes problemas no conselho. Se for uma lógica onde todos entendam ser positivo, o Rio não vai brigar por isso — disse Castro.

MOBILIZAÇÃO EM BRASÍLIA

Antes da reunião com os governadores, o deputado Reginaldo Lopes, que foi coordenador do Grupo de Trabalho que analisou a reforma na Câmara, detalhou o que poderia mudar no cronograma de implementação do IBS: a ideia é começar em 2026 com 1% da arrecadação de ISS e ICMS. A alíquota chegaria a algo entre 30% e 40% em 2032. Somente no ano seguinte o IBS entraria em vigor integralmente, com alíquota geral a ser definida. O relatório original previa que ele só começaria em 2029, mas os governadores temiam que a legislação federal se sobrepusesse à local, pois a unificação de impostos federais começa em 2026.

No caso do Fundo de Desenvolvimento Regional, o que está em discussão é a inclusão no texto do volume de recursos que a União pode aportar. A Fazenda acenou com R$ 40 bilhões, mas os estados querem mais. Outra possibilidade é incluir o critério de divisão dos recursos. Lopes defende que sejam levados em conta o tamanho da população, menor PIB per capita e beneficiários do Bolsa Família.

A oposição resiste a votar o texto esta semana. A bancada do PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, cobra a apresentação do projeto de lei complementar que vai detalhar pontos da proposta de reforma, como a alíquota padrão e reduzida do imposto. Diante dos sinais de polarização, Ribeiro defendeu a proposta:

— Essa não é uma reforma de partido político, de direita nem de esquerda e centro. é uma reforma do Brasil. Não vou entrar em briga de Bolsonaro com Lula. Não vamos permitir que se contamine com a política radical, não temos interesse nela. Temos que pensar no nosso país. Essa proposta nasceu no Parlamento e está sendo discutida com municípios, estados e União.

Leite disse que a definição de data para votação forçou as lideranças a virem a Brasília. Ontem, governadores circularam pela Câmara para conversar com as bancadas.

— Tem ajustes, mas todos entendem que a reforma é importante. Absoluto consenso nunca vai ter — afirmou. — Não dá para discutir a reforma como se aquilo que a gente tem hoje fosse bom, não é.

Em um manifesto na Câmara, a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) se opôs ao texto e defendeu mais tempo para discutir a proposta.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Pagina:** 13

Copyright © Clipclap 2025.